ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO INFANTIL NA ZONA RURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTEGRAÇÃO COM A CULTURA LOCAL

Edson Cipriano do Nascimento[1]
Ana Paula do Nascimento [2]
Maria Ilza Gomes Ferreira Silva [3]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva [4]

RESUMO

A Educação Infantil na zona rural apresenta especificidades decorrentes das condições socioculturais, econômicas e territoriais próprias das comunidades do campo, o que demanda práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis aos hábitos e saberes regionais. Historicamente, a escolarização dessas populações foi marcada pela reprodução de modelos urbanos, contribuindo para a desvalorização dos modos de vida e dos conhecimentos camponeses. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e as possibilidades de integração da cultura local no processo educativo da Educação Infantil no contexto rural. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada na análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados, prioritariamente, nos últimos dez anos, em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Os resultados apontam desafios recorrentes, tais como a formação docente insuficiente para a atuação no campo, a precariedade da infraestrutura escolar e a escassez de materiais pedagógicos contextualizados. Por outro lado, evidenciam-se possibilidades significativas, como a valorização dos saberes locais, a contextualização curricular, o fortalecimento da identidade cultural das crianças e o estreitamento das relações entre escola, família e comunidade. Conclui-se que a integração entre a Educação Infantil e a cultura local na zona rural é fundamental para a construção de práticas pedagógicas significativas, inclusivas e socialmente referenciadas, exigindo investimentos em políticas públicas específicas e em formação continuada de professores.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação do Campo. Cultura Local. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui a primeira jornada da ensino primário e possui papel indispensável no desenvolvimento integral das crianças. Nessa etapa, as experiências de interação, brincadeira, linguagem, movimento, exploração e convivência contribuem para a formação da personalidade, da

[1] Pedagogo em Pedagogia pela Universidade Maurício de Nassau-UNINASSAU, edsonciprianonascimento@gmail.com;
[2] Doutoranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, paulailton225@gmail.com;
[3] Doutoranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, gomesilza907@gmail.com;
[4] Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com;

autonomia e das aprendizagens. Quando esse processo educativo ocorre em comunidades rurais, é necessário considerar as características do território, os modos de vida, os conhecimentos tradicionais e as relações estabelecidas entre as famílias e a comunidade.

A realidade das escolas localizadas na zona campestre apresenta particularidades que precisam ser reconhecidas no planejamento pedagógico. As crianças do campo constroem conhecimentos a partir de experiências relacionadas à agricultura, aos animais, às plantas, às festas, às histórias familiares, às brincadeiras, ao trabalho comunitário e às diferentes manifestações culturais. Esses elementos podem constituir importantes pontos de partida para o desenvolvimento de praxís educativas contextualizadas.

Entretanto, pensar a escolarização infantil na zona rural exige também considerar a diversidade existente entre as próprias crianças. A perspectiva da Educação Inclusiva compreende que todas as crianças têm direito à educação, à envolvimento e à aprendizagem, independentemente de suas características individuais. Nessa conjutura, a presença de crianças com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas demanda da escola condições pedagógicas e estruturais que eliminem barreiras e possibilitem a participação de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na possibilidade da Educação Inclusiva estabelece como princípio a resguardando a entrada, da cooperação e da aprendizagem dos dicentes grupo-alvo da Educação Especial nas escolas regulares. Essa perspectiva implica compreender a inclusão não apenas como matrícula, mas como construção de condições efetivas para que cada criança participe das experimentações escolares.

Na Educação Infantil, essa discussão assume importância particular. As práticas pedagógicas precisam considerar as diferentes formas de comunicação, interação, expressão, movimento e aprendizagem. O professor deve observar as potencialidades das crianças e organizar situações que permitam a participação de todos, utilizando recursos acessíveis, estratégias diversificadas e adaptações quando necessárias.

Na zona rural, esses desafios podem ser ampliados pelas condições de infraestrutura, pela distância entre as comunidades e os centros urbanos, pela

ISSN: 2358-8829

dificuldade de acesso a serviços especializados e pela insuficiência de materiais pedagógicos específicos. Em escolas pequenas ou multisseriadas, o planejamento precisa ainda considerar diferentes faixas etárias e níveis de desenvolvimento.

Diante dessa realidade, torna-se necessário pensar uma educação inclusiva que não desconsidere a identidade do campo. A inclusão não deve significar apenas adaptar a criança à escola, mas transformar as práticas e o ambiente escolar para acolher a diversidade. Nesse processo, a cultura local pode funcionar como elemento articulador das aprendizagens e de desenvolvimento.

Uma atividade sobre plantas da comunidade, por exemplo, pode ser realizada com diferentes formas de participação: algumas crianças podem observar e nomear plantas, outras podem desenhar, fotografar, classificar, tocar materiais ou utilizar recursos de comunicação alternativa. Assim, o mesmo tema pode possibilitar diferentes caminhos de aprendizagem, levando a garantia do aprendizado do aluno.

A questão que orienta este estudo é: de que maneira a integração da cultura local às práticas da Educação Infantil na zona rural pode contribuir para uma educação especial inclusiva, acessível e significativa para todas as crianças?

O objetivo geral é analisar os obstáculos e as probabilidades de integração da cultura local à Educação Infantil na zona rural, considerando os princípios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Como objetivos específicos, pretende-se: compreender as especificidades da Educação Infantil no contexto rural; discutir os fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva; identificar barreiras enfrentadas por crianças com deficiência nas escolas rurais; analisar possibilidades de utilização da cultura local como recurso pedagógico inclusivo; refletir sobre a notoriedade da desenvolvimento profissional docente e da engajamento familiar e da comunidade; e apresentar possibilidades de práticas pedagógicas contextualizadas e acessíveis.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de fortalecer uma concepção de educação que reconheça as diferenças como parte da diversidade humana. No contexto rural, essa perspectiva deve estar articulada

às características do território, valorizando os conhecimentos produzidos pelas comunidades e garantindo que as crianças com deficiência participem das experiências educativas.

METODOLOGIA

A presente averiguação caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A opção por essa conduta decorre do porpósito de compreender, a partir da literatura e dos documentos educacionais, os desafios e as possibilidades relacionados à Educação Infantil rural na perspectiva da Educação Especial e Inclusiva.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações e demais produções acadêmicas relacionadas à Educação Infantil, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Inclusiva, acessibilidade e cultura local.

A pesquisa documental considerou documentos legais e orientadores da educação brasileira, entre eles a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A análise do material buscou identificar conceitos recorrentes e relações entre os seguintes eixos: especificidades da Educação Infantil no campo; direitos educacionais das crianças com deficiência; barreiras à inclusão; formação docente; cultura local; participação da família; acessibilidade e práticas pedagógicas.

Os dados bibliográficos e documentais foram analisados de forma interpretativa, estabelecendo relações entre os referenciais estudados e a realidade educacional das escolas rurais.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, não foram produzidos dados estatísticos de campo. As conclusões apresentadas decorrem da análise dos materiais selecionados e das relações estabelecidas entre os diferentes referenciais.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e possui papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, considerando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em articulação com a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Essa concepção rompe com a ideia de que a Educação Infantil deve estar voltada apenas para os cuidados básicos ou para a preparação da criança para o Ensino Fundamental. Ao contrário, reconhece a criança como sujeito de direitos, ativa na construção de conhecimentos e participante das relações sociais e culturais que constituem sua realidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam que a criança deve ser compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade por meio das interações, das relações e das práticas cotidianas (BRASIL, 2009).

A Educação Infantil desenvolvida em comunidades rurais apresenta particularidades relacionadas às características sociais, econômicas, culturais e territoriais de cada comunidade. As crianças que vivem no campo possuem experiências próprias, construídas nas relações familiares e comunitárias e nas atividades cotidianas realizadas no território em que vivem.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo estabelecem a necessidade de considerar a diversidade das populações rurais e suas formas próprias de organização social, cultural e econômica (BRASIL, 2002). Dessa forma, pensar a Educação Infantil na zona rural significa reconhecer que o campo não pode ser compreendido apenas como um espaço geográfico, mas como um território constituído por sujeitos, histórias, culturas, conhecimentos e formas específicas de viver e produzir.

A cultura local constitui um importante elemento para a construção da identidade das crianças e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas. Ela envolve conhecimentos, costumes, histórias, brincadeiras, músicas, festas, comidas, formas de trabalho, crenças, manifestações artísticas e diferentes saberes transmitidos entre as gerações.

ISSN: 2358-8829

No contexto rural, esses conhecimentos estão frequentemente relacionados às experiências familiares e comunitárias. As crianças aprendem observando os adultos, participando de atividades cotidianas, ouvindo histórias, brincando e convivendo com diferentes gerações. Portanto, esses saberes não devem ser considerados inferiores ou sem importância diante dos conhecimentos escolares.

A Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que todas as crianças possuem direito à educação, à participação, à convivência e à aprendizagem, independentemente de suas características individuais, sociais, culturais ou educacionais. Dessa forma, a inclusão não deve ser compreendida apenas como a matrícula de crianças com deficiência no ensino regular, mas como a construção de condições para que todas possam participar efetivamente das experiências escolares.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e deve ser assegurada por meio de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2015). Esse princípio reforça a responsabilidade da escola em eliminar barreiras que possam dificultar o acesso, a participação e a aprendizagem.

A discussão sobre Educação Inclusiva torna-se ainda mais complexa quando relacionada às condições encontradas em determinadas comunidades rurais. Distâncias geográficas, limitações de infraestrutura, dificuldade de acesso a serviços especializados, escassez de materiais pedagógicos e dificuldades relacionadas à formação docente podem constituir barreiras à participação e à aprendizagem das crianças.

Nesse contexto, é importante compreender que as dificuldades enfrentadas pelas escolas rurais não devem ser atribuídas exclusivamente ao professor. A construção de uma educação inclusiva depende também de políticas públicas, investimento em infraestrutura, formação continuada, disponibilização de recursos pedagógicos, acessibilidade e articulação entre diferentes setores responsáveis pela garantia dos direitos das crianças.

As práticas pedagógicas na Educação Infantil devem considerar as interações e as brincadeiras como elementos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem. Na perspectiva inclusiva, essas experiências precisam ser organizadas de modo que todas as crianças tenham oportunidades reais de participação.

No contexto rural, as brincadeiras tradicionais podem constituir importantes recursos pedagógicos. Brincadeiras de roda, cantigas, jogos populares, histórias,

atividades com elementos da natureza e experiências relacionadas à vida cotidiana da comunidade podem ser utilizadas pelo professor para desenvolver aprendizagens de maneira contextualizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da produção científica e dos documentos oficiais relacionados à Educação Infantil, à Educação do Campo, à cultura local e à Educação Inclusiva permitiu identificar um conjunto de desafios e possibilidades presentes na construção de práticas pedagógicas voltadas às crianças que vivem em comunidades rurais. Os estudos analisados evidenciam que a realidade da Educação Infantil no campo apresenta características próprias e que o desenvolvimento de práticas educativas de qualidade depende da capacidade da escola de reconhecer as especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades.

Os resultados apontam, inicialmente, que um dos principais desafios está relacionado à permanência de modelos pedagógicos pouco contextualizados com a realidade rural. Em diferentes situações, as práticas escolares são organizadas a partir de referências predominantemente urbanas, sem considerar suficientemente os conhecimentos, as experiências e os modos de vida das crianças do campo. Essa situação pode contribuir para o distanciamento entre o currículo escolar e o cotidiano infantil.

Nesse sentido, a Educação Infantil rural precisa ser compreendida a partir das experiências concretas das crianças. As relações estabelecidas com a família, a comunidade, a natureza, os animais, as plantações, as brincadeiras tradicionais e as manifestações culturais constituem importantes possibilidades de aprendizagem. Pasuch e Franco (2017) defendem a necessidade de considerar as experiências das crianças do campo na construção do currículo, valorizando suas formas próprias de compreender e vivenciar o mundo.

A análise realizada também evidencia que a valorização da cultura local pode contribuir para superar práticas pedagógicas descontextualizadas. Histórias contadas pelos moradores, cantigas, brincadeiras, festas populares, comidas tradicionais, atividades agrícolas, conhecimentos sobre plantas e animais e outras manifestações culturais podem constituir recursos pedagógicos importantes para a Educação Infantil.

Essa valorização, entretanto, não deve ocorrer apenas em momentos comemorativos ou em atividades isoladas. Para que a cultura local realmente faça parte do processo

educativo, é necessário que ela esteja presente no planejamento e nas experiências desenvolvidas ao longo do ano letivo. O conhecimento produzido pelas famílias e pela comunidade pode ser articulado aos conhecimentos escolares, possibilitando que as crianças ampliem suas aprendizagens a partir de elementos que já fazem parte de suas vidas.

Freire (1996) contribui para essa compreensão ao defender uma prática educativa baseada no diálogo e no respeito aos saberes dos educandos. No contexto da Educação Infantil rural, esse princípio significa reconhecer que as crianças chegam à escola trazendo conhecimentos construídos em suas relações familiares e comunitárias. Esses conhecimentos podem constituir o ponto de partida para novas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades de integração da cultura local à Educação Infantil na zona rural, considerando os princípios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

A análise realizada evidencia que a Educação Infantil no campo apresenta especificidades que precisam ser reconhecidas no planejamento pedagógico. As experiências das crianças, os saberes familiares, as manifestações culturais e as características do território podem constituir importantes elementos para a construção de aprendizagens significativas.

Quando se considera a Educação Especial, torna-se necessário avançar de uma concepção baseada apenas no acesso à escola para uma perspectiva que garanta participação, aprendizagem, acessibilidade e pertencimento.

Entre os principais desafios identificados estão a precariedade da infraestrutura, as barreiras de acessibilidade, a insuficiência de materiais adaptados, as dificuldades de acesso a serviços especializados e a necessidade de formação continuada dos profissionais.

Apesar desses desafios, existem possibilidades importantes. A cultura local pode contribuir para a construção de atividades diversificadas, contextualizadas e acessíveis. Recursos presentes na própria comunidade podem ser utilizados pedagogicamente, desde que respeitados critérios de segurança e intencionalidade.

A participação das famílias e da comunidade também constitui elemento relevante. O diálogo entre os diferentes sujeitos pode favorecer a compreensão das necessidades das crianças e fortalecer a identidade cultural.

Conclui-se que uma Educação Infantil rural verdadeiramente inclusiva precisa reconhecer simultaneamente a diversidade das crianças e a diversidade cultural do território. A criança com deficiência não deve ser vista como alguém que precisa apenas se adaptar à escola. É a escola que deve organizar suas práticas para acolher diferentes formas de ser, comunicar, brincar e aprender.

Nesse sentido, a formação docente, o planejamento colaborativo, a acessibilidade e o investimento em políticas públicas são indispensáveis. A inclusão não pode depender exclusivamente da boa vontade ou da criatividade de um professor.

Por fim, destaca-se que novas pesquisas podem ampliar o conhecimento sobre experiências concretas de inclusão em escolas rurais, especialmente estudos que deem voz às crianças, às famílias, aos professores e às comunidades. Investigar essas experiências pode contribuir para a construção de políticas e práticas educacionais cada vez mais inclusivas e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: CNE, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília, DF: MEC, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.